

Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião

Transformations of Differences and the Construction of Political Vocabularies: An Interview with Silvia Aguião

João Otávio Galbieri¹

A presente entrevista ocorreu em uma tarde de terça-feira, quando eu e a antropóloga Silvia Aguião nos encontramos por uma chamada de vídeo, que possibilitou que conversássemos de lugares tão distantes. Atualmente, Silvia se encontra no Maranhão, onde está em temporada como professora visitante da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), também é pesquisadora associada do Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial (AFRO-CEBRAP) e do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ). Por outro lado, eu estava em São Carlos, onde curso o Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Durante pouco mais de uma hora, dialogamos sobre sua trajetória de pesquisa, que teve início em sua graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), momento em que começou a se interessar por compreender relações raciais e, particularmente, o tema da mestiçagem na abordagem das Ciências Sociais. Discutimos como gênero, raça e sexualidade e outras categorias das diferenças têm produzido efeitos teórico-analíticos-epistemológicos e se transformado ao longo do tempo, ao passarmos pela sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado, que completa dez anos de publicação neste ano. Discutimos o lugar da universidade enquanto produtora de conhecimento e como as pesquisas, sejam elas “engajadas” ou não, produzem efeitos no mundo social. Também falamos dos efeitos da entrada de “novos sujeitos” na universidade pública, por conta das políticas de Ação Afirmativa, além da intensificação dos conservadorismos no Brasil nos últimos anos, até discutirmos seus projetos futuros.

¹ Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. ORCID: [0000-0002-4551-836X](https://orcid.org/0000-0002-4551-836X) - E-mail: joaootaviojahu@gmail.com.



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

Portanto, a entrevista está dividida em seis seções menores, com o intuito de tornar a leitura mais fluida, *O início da trajetória de pesquisa de Silvia Aguião, Gênero, raça e sexualidade: perspectivas agregadas à sua agenda de pesquisa, Pesquisa engajada e o papel da Universidade na produção dos campos de pesquisa, Intensificação de discursos conservadores após a realização da pesquisa de doutorado, Reconfigurações nas discussões sobre gênero e sexualidade*, e, por fim, *Projetos futuros: os efeitos da saída do eixo Rio-São Paulo*.

O início da trajetória de pesquisa de Silvia Aguião

João Otávio Galbieri (J. O. G.): Silvia, primeiramente, gostaria de agradecer pelo aceite do convite, dizer que seu trabalho é uma referência nos estudos de gênero e sexualidade no Brasil e iniciar justamente perguntando sobre esse ponto. Como que as questões de gênero e sexualidade foram surgindo na sua agenda de pesquisas?

Silvia Aguião (S. A.): Muito obrigada pelo convite, pelas palavras generosas! Essa pergunta me faz viajar no tempo. Tudo começa quando eu era uma jovem na graduação pensando numa monografia e, na verdade, eu queria estudar mestiçagem. Isso tem a ver com a minha trajetória familiar. Eu vim de uma família inter-racial, muito inter-racial, de várias gerações, e eu queria estudar mestiçagem. Eu acho que estava influenciada pela minha própria experiência, claro, mas também porque fiz a graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, no final da minha graduação, foram implantadas as cotas na UERJ. A Política de Ação Afirmativa na UERJ é de 2003. Eu acho que estava mobilizada por esses debates também, e não tive isso na graduação. Eu não tinha uma matéria sobre relações raciais na graduação. Tinha algumas matérias que passavam sobre isso, falavam sobre raça e religião, mas não era muito o que eu queria. Eu vi raça em Pensamento Social Brasileiro, mas era engraçado também, porque às vezes eu dizia aos professores: *"Ah, não, mas essa discussão é sobre raça"*, e os professores respondiam: *"Não, isso é uma discussão sobre nação, identidade nacional e tal"*. Enfim. E aí eu estava nessa, cheguei a quase fazer um projeto de pesquisa que era sobre uma mãe-de-santo



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

francesa, com quem a minha orientadora de graduação na época trabalhava, e eu achava que podia discutir algo sobre mestiçagem por aí. Mas nessa época eu tive a sorte de ir trabalhar como voluntária aplicando questionários em um *survey* do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM)², no primeiro *survey* feito na Parada do Orgulho no Rio de Janeiro³, nesse conjunto de pesquisas que o CLAM fez ao longo dos anos. Eu fui trabalhar como voluntária aplicando questionários, em 2003, e lá no CLAM conheci a Laura Moutinho, que hoje é professora do Departamento de Antropologia na Universidade de São Paulo (USP) e, na época, tinha recém-doutorado e estava trabalhando no Instituto de Medicina Social na UERJ, onde o CLAM está sediado. Ela fez uma tese sobre relacionamentos inter-raciais, comparando Brasil e África do Sul⁴. Foi ali no CLAM que comecei a trabalhar em vários projetos de pesquisa, como assistente, bolsista, estagiária, e até hoje sou vinculada ao CLAM. Era um período muito efervescente; o CLAM foi criado com a perspectiva de fomentar os estudos de gênero e sexualidade, no Brasil e na América Latina, promovendo um debate que reunisse os movimentos sociais, gestão governamental, e produzisse um debate qualificado nesse campo. Foi ali que eu estava me formando e descobrindo o que era esse campo de estudos.

Gênero, raça e sexualidade: perspectivas agregadas à sua agenda de pesquisa

J. O. G.: E no mestrado você passou a pesquisar aspectos relacionados à homossexualidade e à população negra, não é?

S. A.: Na verdade, eu tinha esses interesses. Lá, conheci a tese da Laura sobre relacionamentos inter-raciais no Brasil e na África do Sul, e naquele momento ela tinha um projeto. Ela era uma espécie do que hoje é Pós-Doc, mas na época existia uma outra

² O Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos surgiu em 2002, integra um projeto internacional que faz parte de um esforço em África, Ásia e Estados Unidos e busca fomentar discussões e projetos em torno de sexualidade, gênero, saúde e direitos humanos. Disponível em: [CLAM](#).

³ Ver: Carrara & Ramos, 2005.

⁴ Ver: Moutinho, 2001.



**Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista
com Silvia Aguião**
João Otávio Galbieri

categoria de bolsa, que hoje não existe mais. Ela tinha um projeto⁵ que era um desdobramento do projeto de doutorado dela, que tratava de relacionamentos inter-raciais homossexuais, e ela estava trabalhando em territórios de favela, territórios populares do Rio de Janeiro. Havia um campo que ela ia começar a explorar, mas não tinha tempo para fazer, então ela procurava alguém para isso. Era numa favela específica do Rio, chamada Rio das Pedras, e ela falou: *“Ah, então por que você não vai olhar isso lá, né?”*.

Eu, interessada em pensar sobre mestiçagem, um pouco deslumbrada com a descoberta desse campo dos estudos de gênero e sexualidade, com a tese dela, entendendo que para pensar sobre mestiçagem era preciso olhar para gênero, sexualidade, e como essas dimensões se conformam, fui trabalhar em Rio das Pedras. Acabei fazendo uma monografia de graduação, que depois continuei no mestrado, sobre representações de gênero, raça, sexualidade e mestiçagem nessa favela, que tinha suas configurações particulares. Era uma favela que não tinha tráfico de drogas, era o que hoje se chama milícia, mas naquela época ainda não, chamava-se de outro jeito, chamava-se polícia mineira, e era uma favela majoritariamente composta por migrantes nordestinos.

Então havia todo um imaginário sobre o machismo dos nordestinos e como isso incidia em violência de gênero. Em relação à raça, também havia uma perspectiva interessante, pois era considerada uma favela mais branca do Rio em relação a outras favelas da cidade, mas eu olhava e pensava: *“Bom, branco? Não sei...”*. Mas isso tinha a ver com a origem migratória do Nordeste. Fiz uma discussão sobre raça e mestiçagem, e percebi que as pessoas se apresentavam como morenas: moreno mais claro, moreno mais escuro. Isso dizia um pouco daquele momento em que vivíamos, mas também uma conformidade particular das relações desenvolvidas ali. Havia uma racialização da origem regional, então, quando eu perguntava sobre racismo, as pessoas diziam: *“Não, aqui não tem muito preconceito com isso não, mas tem muito preconceito com os nordestinos”*. Então, havia uma conformação particular que foi interessante de ver. Foi

⁵ Para ter acesso a um dos produtos do projeto sobre relacionamentos inter-raciais homossexuais, Ver: Moutinho, 2006.



**Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista
com Silvia Aguião**
João Otávio Galbieri

difícil para mim na época. Eu tinha uns vinte e poucos anos e estava querendo construir conexões que não encontrava em nenhum trabalho. Mas, quando leio esse trabalho hoje, gosto muito. Isso foi entre 2003 e 2007, então, mais de vinte anos desde que comecei.

J. O. G.: E em um período que essas leituras sobre gênero ainda não estavam tão fortes no Brasil, imagino...

S. A.: Assim, havia um campo que falava sobre favela, mas esse campo no Rio de Janeiro, uma escola forte de favelologia, tratava de violência e pobreza, mas não tratava de gênero, sexualidade, ou raça, muito menos de homossexualidade. Havia algo sobre masculinidade, masculinidades hegemônicas e a construção dessa masculinidade violenta. Também existia uma literatura que tratava de gênero, mas não de favelas e nem de homossexualidade. Havia um campo das sociologias das desigualdades de gênero, mas era sobretudo sobre a diferença entre homens e mulheres, outra dimensão da discussão. Eu me sentia muito fora de lugar, pensando: *“Com quem estou dialogando?. Porque nenhuma dessas literaturas se conversam”*. Anos depois, fui entender que eu estava fazendo parte de uma geração que estava começando a fazer esse tipo de discussão. Descobri depois que minha dissertação era uma das primeiras etnografias sobre esse tema de favelas, periferias e tal, mas não era só eu que estava fazendo isso. Esse tipo de discussão estava começando a reverberar, e eu acho que era um campo que estava se organizando e se expandindo nessa primeira década dos anos 2000. Eu via isso no plano da política institucional e nas relações cotidianas do espaço também.

J. O. G.: Você trouxe um pouco dessa entrada da sua monografia e como deu continuidade a isso na dissertação de mestrado. Na sua tese de doutorado, você começa



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

a pesquisar uma política institucional LGBT⁶, que muda um pouco dessa agenda que você vinha discutindo, de favela e tudo mais. Como essa mudança foi acontecendo?

S. A: A partir daí, as coisas foram acontecendo muito rápido, porque eu iniciei a pesquisa em 2003. Te falei um pouco sobre isso: que as cotas estavam começando na UERJ, eu estava entrando no CLAM, então comecei a conhecer essa reverberação dessa agenda internacional e tal. Acho que, no plano institucional, tem sempre algumas coisas que gosto de citar. Em 2001, tivemos a Conferência de Durban, a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, que mais tarde teve vários desdobramentos e se tornou o Conselho Nacional LGBT. Houve o lançamento do segundo Programa de Direitos Humanos, o Programa de Ações Afirmativas, a eleição do Lula, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), da Secretaria de Políticas para Mulheres, o Brasil Sem Homofobia, as Conferências de Igualdade Racial e tal. Muita coisa estava acontecendo nesse cenário e eu via muita coisa respingando no meu campo, ali na favela. Eu não trabalhava com militantes; o grupo de amigos com quem convivi e fiz essa etnografia não eram militantes. Havia apenas uma pessoa envolvida, que era Agente Comunitária de Saúde e fazia alguma discussão no campo da Prevenção HIV/AIDS, mas não era uma militante.

Mas eu começava a ouvir alguns debates sobre: *“pode falar negro, não pode falar preto”*, apesar de *“todo mundo ser moreno”* ali na favela, alguma conversa sobre Ação Afirmativa, alguma conversa sobre a mobilização em torno dos direitos [das pessoas LGBTI+]. Na época, nem falávamos 'LGBT'; enfim, homofobia não era uma palavra que as pessoas conheciam, mas respingavam ali. Depois do mestrado, fui trabalhar no Arco-Íris, que é a maior organização LGBTI+ do Rio de Janeiro. Foram ocorrendo várias mudanças nas siglas e isso é um efeito interessante do campo, porque de fato vêm sendo usadas

⁶ LGBT, GLBT, LGBTI+, LGBTQIA+, LGBTQIAPN+ são acrônimos que designam Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários e demais identidades sexuais e de gênero dissidentes, como o sujeito político dos movimentos sociais LGBTI+. Como discutimos durante a entrevista, esse sujeito político está em constante mudança, produção e ampliação. Portanto, utilizamos os termos de acordo com o sentido histórico ou social que se busca tratar no contexto.



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

diferentes siglas e elas mudam, e então alguém diz: “*não, agora é melhor assim*”, outro vem e diz: “*não, mas é melhor assado*”. Então, essa é uma dinâmica interessante do campo também, deixando-nos sempre meio confusos sobre qual categoria usar. Acho isso um efeito bacana das políticas e da mobilização política.

Comecei a trabalhar no Arco-Íris em um projeto de prevenção/intervenção HIV/AIDS e outras ISTs. Isso foi em 2007 e, se não me engano, foi no final de 2007, que saiu o decreto convocando a 1ª Conferência Nacional LGBT. Me mandaram ir lá acompanhar essa reunião e, também, fiquei interessada em saber o que estava acontecendo. Foi a partir daí que surgiu a ideia para a minha tese, que era essa vontade de olhar mais para o plano da chamada política institucional. Havia muita coisa acontecendo ao mesmo tempo, e havia um debate sobre gênero que aparecia ali. Muito do que o debate sobre gênero foi se tornando, do que é hoje, vem também das provocações feitas pelos movimentos trans, pela experiência de pessoas trans e travestis.

Na primeira reunião que fui, havia um debate sobre a cota do feminino na Conferência, porque o decreto previa essa reserva de vagas. Houve uma discussão entre lésbicas preocupadas se travestis e trans ocupariam a cota do gênero feminino, se elas iam perder lugar, e naquela época não se acionava a distinção cisgênero e transgênero. Então, fiquei pensando: “*Gente, o que está acontecendo aqui?*”. Uma coisa que repito muito, que acho que perdemos completamente a dimensão, é que ali em 2007, até em 2008, era estranhíssimo ouvir o termo 'população LGBT'. Era isso: os homossexuais, os GLS, os GLBT, mas era um grupo de pessoas, uma comunidade, um gueto de mercado. Era uma população para o Estado, do ponto de vista de uma população público-alvo de saúde, mas não era uma população enquanto sujeitos de direitos, no sentido população foucaultiana, sabe? Então, fui com essa pergunta: “*O que está acontecendo aqui? O que está tornando possível o surgimento dessa população?*”.

E foi daí que comecei a desenvolver um projeto, que virou a tese, já acompanhando as Conferências. O decreto das Conferências foi um decreto presidencial, mas determinava que, antes da nacional, seriam realizadas as locais. E aí começou a mobilização local para construir conferências municipais, levar para a estadual e, então, para a nacional.



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

Comecei a acompanhar isso no Rio e em São Paulo, onde eu era mais próxima, para conseguir chegar em Brasília e observar esse outro plano.

J. O. G.: Silvia, na sua tese de doutorado, você identifica um processo que denomina de 'fazer-se no Estado', caracterizado por uma mobilização política do movimento LGBTI+ em direção a uma política mais institucionalizada. Nesse sentido, gostaria de saber quais foram as características que você identificou que diferenciavam esse período e momento histórico dos anteriores?

S. A.: Olha... Eu acho que era tudo muito diferente em determinado sentido. As pessoas traziam uma lógica e um modo de atuar que já existia, muito do legado da mobilização política relacionada ao combate da epidemia de HIV/AIDS por um lado, os movimentos feministas por outro, algumas pessoas com participação no movimento negro. Então, havia um repertório que vinha da atuação das pessoas nesses outros movimentos. Mas essa perspectiva que eu estava te falando de se fazer no Estado enquanto uma população era novidade. Eu parti dessa ideia, que era um campo em processo de constituição, que esse sujeito político, chamado naquele momento 'população GLBT', depois 'LGBT' após a Conferência, estava sendo produzido ali, naquela hora que eu estava olhando para a cozinha desse processo.

Havia uma hipótese de trabalho para mim, que vinha do que eu já conhecia do campo do combate HIV/AIDS, que era essa relação entre... Acho que comecei a te falar isso, porque foi minha hipótese de trabalho desde o início, e acho que continuo trabalhando bastante nessa chave, que era a aposta de que eu tinha que olhar para a relação entre os movimentos sociais, a produção acadêmica e as políticas de governo. E a minha própria trajetória era um pouco representativa desse processo e veio a ser mais ainda depois. Mas eu era essa pessoa, que estava sendo forjada enquanto pesquisadora por um grupo de pesquisadores atuando no campo de gênero, sexualidade e relações raciais, que colaboravam com políticas de governo, que colaboravam com movimentos sociais e era



**Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista
com Silvia Aguião**
João Otávio Galbieri

isso... Essa cena era diferente, esse reconhecimento como sujeitos de direitos era uma novidade.

Então, fui desenvolvendo a tese olhando para isso: O que estava acontecendo ali? Quais eram as dinâmicas próprias desse momento político e histórico? O que estava produzindo esse sujeito específico, essa população específica? Não era só um grupo, um público-alvo, uma população-alvo, era uma população a ser gestada e gerida. Claro, há um enquadramento teórico forte aí da Antropologia do Estado. Minha referência desse gestar, do fazer-se no Estado, é o professor Antônio Carlos de Souza Lima, antropólogo do Museu Nacional. Em torno dessa questão maior, eu me perguntava, na verdade: *“Quem são esses sujeitos afinal de contas?”*. O pressuposto antropológico era questionar todas as categorias que estavam aparecendo ali: Quem era a população LGBT? É possível, de fato, definir uma população LGBT? Como pensamos todas as diferenças e desigualdades múltiplas que atravessam as pessoas e dizemos *“você é essa população e você não é essa população?”* Como definimos *“para você temos essa política, para quais outros não?”*

Essas dinâmicas de produção de um sujeito, que necessariamente implica a exclusão de outros, e como esse processo estava tendo legitimidade, estava tendo mobilização, e os efeitos disso que me interessavam muito. Os efeitos do próprio fazer da política, as estratégias, as táticas, as performances. Por isso que fui olhar muito para eventos; eu quase não fiz entrevistas, por exemplo. Eu tentei olhar para o modo como a política se fazia, menos para o que estava sendo feito, mas eu estava interessada no como. Eu ia a muitas reuniões, todas as Conferências que pude, reuniões de Conselho, audiências públicas, muita conversa de corredor, porque eu queria entender como: como as categorias estavam sendo produzidas, negociadas e articuladas, os vocabulários sendo criados.

Então, por isso fui fazer campo em eventos, porque também estava interessada em olhar para essas relações que falei, entre o movimento, a produção acadêmica e as políticas de governo. E era como se, nos eventos, eu conseguisse observar essas relações se formando. Eu não acompanho o campo agora, há algumas mudanças, eu acho, do que



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

percebo de fora, mas era assim: uma pessoa chegava e falava “*hoje estou com o chapéu do movimento social, hoje estou na gestão*”, porque as pessoas foram migrando para os cargos de gestão de governo. Foram sendo criados mecanismos, instâncias no Executivo, os aparatos, coordenadorias, municipais, estaduais, os Centros de Referência. Então, havia muita circulação de pessoas entre essas esferas.

E eu ia te falar o que acho que ficou, que eu acho que trabalho até hoje assim, muito desse modo de fazer política. Tem quatro pontos que gosto de citar, que acho que ainda servem como pontos de observação, tanto para a política que virou esse campo de direitos LGBT quanto para outros campos. Um eu chamo justamente desses três entes, espaços ou esferas, que considero que têm uma relação mutuamente produtiva e dependente, são as dinâmicas de coprodução entre os movimentos sociais/ativismo, a produção acadêmica e as políticas de governo, e esse período que intensificou essa circulação entre essas esferas, particularmente para essas temáticas de gênero e sexualidade, mas se olharmos para outros campos, isso também aconteceu. Então, acho que isso é uma chave que podemos continuar olhando.

O segundo ponto, mais especificamente, que acho importante, são os deslocamentos dos sentidos de gênero, ocorridos através dessas políticas, principalmente nessa primeira década e meia dos anos 2000, mas acho que isso continua reverberando de outras formas. E uma pergunta que me fiz durante a pesquisa era isso, se a política então chamada LGBT estava reverberando na produção de outras compreensões de gênero enquanto categoria analítica. Porque até então, gênero para política pública era sinônimo de mulher. Então, quando conseguimos mudar um pouco a compreensão de gênero, trazer uma dimensão relacional, uma dimensão em que caibam outras experiências de sujeitos? E eu acho que sim. Tem uma reverberação de mudança importante, ainda que os sistemas burocráticos continuem muito binários e etc., há outras possibilidades colocadas.

O terceiro ponto, eu acho que também é um efeito de um determinado contexto de um enquadramento de governo, que é a incorporação progressiva disso tudo que eu chamo de incorporação de sujeitos de direitos, como esse processo contínuo. Os exemplos que



**Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista
com Silvia Aguião**
João Otávio Galbieri

costumo usar são de Conferências, que você sempre tinha um sujeito novo querendo ser nomeado e incluído, então é o LGBT negro, LGBT negro periférico de religiões de matriz africana, LGBT indígena, com deficiência. Então, você tem sempre uma questão a ser agregada ali para definir a especificidade daquele sujeito: gênero, raça e sexualidade, mas capacidade ou deficiência, local de moradia ou território, geração ou religião. Esse modelo de nação, Estado democrático, inclusivo, diverso, exemplar, no sentido de respeito aos direitos humanos, que era aquele contexto, precisa sempre nomear todos os sujeitos e incluir num processo incessante, e em geral, por meio de recursos sempre escassos.

Enfim, esse processo cria todo um novo vocabulário de termos mesmo, nomenclatura, mas um vocabulário no sentido de repertório de modos de fazer política e de mobilizar politicamente. E um último ponto desses modos de fazer política, mas que eu já estava falando deles, que eu acho importante destacar, que é a dimensão pedagógica desses processos. Da chamada participação social, processo das conferências, da criação de instâncias de governo, que pretendiam sempre manter uma dimensão participativa, tem um efeito pedagógico muito importante, além da produção de documentos, demandas, reivindicações e mobilização. Você aprende a fazer um plano de governo, aprende a articular politicamente, vai para Brasília, faz movimento social, cria mobilização política, organiza o campo, levanta liderança, derruba também. Tem muitas negociações estratégicas que se aprende a fazer ao longo desses anos. Acho que, sobretudo, tem o efeito e o impacto de estímulo de organização política mesmo, de produção de movimentos sociais, de fomentar e capilarizar redes de atuação política, de expansão dos movimentos da chamada sociedade civil nos processos de mobilização da política institucional. Acho que sem dúvida é um legado desse período. Isso tudo aconteceu muito rápido, muita coisa ao mesmo tempo e acho que temos hoje modos de fazer política mais variados e múltiplos, que são efeito também desse período.



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

J. O. G.: Queria aproveitar que você falou disso, tem o seu artigo *Quais políticas, quais sujeitos*⁷, onde você aborda o período de 2003 a 2015, destacando um formato específico de fazer política compartilhado pelos movimentos LGBTI+, negros e feministas. O que você quer dizer quando fala sobre esse modo compartilhado de fazer política por esses movimentos?

S. A.: Eu acho que sempre houve uma pergunta subjacente, ainda a tenho, que é um pouco assim: temos alguns sujeitos que produzem demandas e políticas ou produzimos políticas e encontramos os sujeitos que se encaixam nelas? Então, este artigo "*Quais políticas, quais sujeitos*" foi uma primeira tentativa, durante meu pós-doutorado, de ampliar ainda mais o enquadramento teórico. Comecei pesquisando na favela, nas relações cotidianas, e depois tentei explorar onde se faz essa chamada "grande política". Depois, foi algo ainda mais ambicioso, pensando na relação teórico-analítica da construção dessas políticas com um recorte de gênero e raça.

O que eu tento pensar, quando você perguntou (vamos voltar), é sobre a expansão do campo, o desenvolvimento dos estudos de gênero, a relação entre os estudos de gênero, raça e sexualidade. As coisas avançaram no sentido de uma maior compreensão desses temas. Se formos muito otimistas, começamos a perceber que qualquer problema, questão, recorte ou situação social precisa levar em consideração as dimensões de gênero, raça e geração, seja qual for o problema.

Ao mesmo tempo, à medida que expandimos as agendas tanto de demandas políticas quanto de perspectivas teórico-epistemológicas, ao pensar na administração do governo, surge a questão do que cabe e do que não cabe nos formatos da política de governo. Os recursos são sempre escassos, não é isso? E essa política de multiplicação de sujeitos, o reconhecimento de múltiplos sujeitos, têm o efeito perverso de ampliar o conflito e a disputa pelos recursos escassos.

Isso me perturba, eu acho, pensando, é que à medida que ampliamos a compreensão e a expansão do cruzamento de agendas e problemas, da inter-relação entre as dinâmicas

⁷ Ver: Aguião, 2017.



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

que compõem e produzem processos de precariedade e desigualdade, ou de privilégio e acesso, como escolhemos a chave para mobilizar a demanda política? Não podemos demandar tudo o tempo todo, e a política pública também não pode abarcar tudo... Chegamos à compreensão de que a política universal não resolve as desigualdades e diferenças. Precisamos de políticas focalizadas, pois a política universal só reproduz as desigualdades ditadas pela hierarquia social estabelecida.

Então, é uma inquietação que geralmente temos, esses incômodos existenciais que levamos para a vida e aplicamos a diferentes problemas de pesquisa. A minha é um pouco assim: como classificar e recortar a demanda política para que se ajuste aos formatos do Estado? Daí vem um pouco dessa questão: "*Quais políticas, quais sujeitos?*" O que se encaixa onde? Como produzimos essas classificações e recortes, tanto em um plano teórico-analítico-epistemológico quanto na mobilização de ativismo social, além do desenho de políticas públicas e do que cabe ou não cabe nesses formatos administrativos.

J. O. G.: Foi até bom assim, porque estávamos falando mais de questões relacionadas ao campo de pesquisa e chegamos a pontos mais teóricos. No seu trabalho e nas suas pesquisas, fica evidente que há um foco em compreender a relação entre as categorias das diferenças e essa questão denominada interseccionalidade. Houve um período específico em que ocorreu essa mudança e esse foco analítico nos estudos de gênero e sexualidade no Brasil?

S. A.: Eu acho que a minha geração se formou muito nesse período de expansão, em termos desse recorte. Eu tinha essa pergunta sobre mestiçagem que eu estava te falando e fui aprender no trabalho da Laura Moutinho mesmo, sabe? Que foi minha orientadora no mestrado, de que para entender mestiçagem, eu tinha que entender gênero e raça. Gênero e raça enquanto construções relacionais, que historicamente servem a propósitos específicos de classificação, hierarquização, justificação, naturalização das desigualdades, justificação de dominação. E é isso, obviamente essa compreensão já



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

estava sendo produzida há muito tempo, só que, de fato, nessa virada dos anos 2000 houve uma mudança. Eu acho que aquilo que eu cheguei a citar para você, Conferência de Durban, as políticas de governo, eu sempre cito, não sei se já te falei isso, mas eu já escrevi isso em um texto, provavelmente está na minha tese ou nesse artigo que você falou, que eu gosto sempre de citar esse dossiê que saiu publicado na *Revista de Estudos Feministas* sobre a Conferência de Durban⁸, em 2001, porque eu acho que ele é muito representativo dessa virada que estava acontecendo, dessa percepção das conexões entre questões de gênero, raça, sexualidade, deficiência, enfim. Porque é um dossiê produzido, que fala da participação de mulheres negras na Conferência, produzido por acadêmicas e também com forte atuação ativista, e que fala dessa articulação no plano nacional e internacional, entre a produção acadêmica, a atuação política e as políticas de governo. Eu lembro, por exemplo, de estar no CLAM, eu tinha vinte anos, nos corredores do CLAM e ver o anúncio de um seminário: “*não sei o que lá, teoria queer*” e falar assim “*o que é teoria queer?*”. Então, eu perguntava para Laura, “*o que é teoria queer?*” e ela falava “*ah, vem no seminário do dia tal, que você vai saber*”. Então, assim, o aumento das traduções. Eu lembro na minha banca do mestrado, estava o Júlio Simões, professor do Departamento de Antropologia da USP e o Júlio me recomendou ler Avtar Brah, que tinha sido traduzida em 2006, aquele texto que é um capítulo, o *Diferença, desigualdade...*⁹

J. O. G.: E diferenciação...

S. A.: E eu não tinha lido ainda. Eu defendi no início de 2007, eu não tinha lido. Mas ele falou: “*ah, tem a ver com essas coisas que você está tentando discutir aqui, pode te ajudar a pensar*”. Acho que Butler começou a ser muito mais lida a partir daí também, então eu acho que tem efeitos que têm a ver com a movimentação político-institucional ganhando força para essa temática. Tem um clima propício para o surgimento e para os debates

⁸ Ver: Bairros, 2002.

⁹ Ver: Brah, 2006.



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

dessas questões, tanto no plano teórico quanto político e acho que a gente vai vendo progressivamente nos últimos quinze anos, os efeitos para dentro da Universidade, também com a expansão do acesso, a expansão de sujeitos, temáticas, agendas e vai ficando meio que inescapável. Isso que se chama hoje de perspectiva interseccional ou dos marcadores sociais das diferenças, que vira uma coisa assim que, mesmo que não faça, você tem que dizer que faz, que presta atenção. Então, assim se vai ser feito, a partir de qual interseccionalidade ou qual possibilidade analítica, que hoje são muitas. Acho que isso é um processo que acontece aí, mas é claro, a expansão dele, porque a gente também vê a retomada de autoras nacionais e internacionais, da América Latina, do continente americano inteiro na verdade, do continente Africano, em diáspora ou não. Sobretudo, autoras negras, indígenas, não-brancas em geral, muitas vezes, que já vinham falando disso desde os anos 1970 pelo menos, mas isso ganha nome, né? Isso ganha status de perspectiva teórico-epistemológica, às vezes de orientação política, enfim. Isso ganha, de fato, uma outra dimensão ao longo dessa primeira década. Desses primeiros quinze anos dos anos 2000 certamente até hoje, mas também não acho que dá para a gente não ler esse processo vinculado à expansão do acesso ao ensino e ao ensino superior.

Pesquisa engajada e o papel da Universidade na produção dos campos de pesquisa

J. O. G.: Tem aí, a gente falando sobre sua trajetória, da relação entre Universidade, movimento social, política pública, que fica evidente no seu trabalho, que a gente falou sobre sua trajetória também ser emblemática disso. Em um de seus artigos, intitulado *Produzindo o campo e produzindo para o campo*¹⁰, você discute como se deu sua participação mais ativa no campo de pesquisa e na produção de uma política pública específica, a implementação do Programa Rio Sem Homofobia. Nesse sentido, gostaria de perguntar como você vê o papel da universidade na produção das políticas públicas naquele momento histórico específico e atualmente? Como você enxerga a questão de uma pesquisa com esse caráter mais “engajado”?

¹⁰ Ver: Aguião, 2014.



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

S. A.: Hoje em dia, eu não vejo outra forma. Naquele momento, eu não tinha isso com muita clareza. Eu tinha essa pergunta um pouco, não sei muito como classificar, mas eu queria trabalhar com a ideia de que a população LGBT não existia. Esse era o enquadramento da minha pesquisa naquele momento: *“Isso é inventado, gente. Até semana passada, ninguém sabia o que era isso. Então, o que está acontecendo aqui?”*. E por isso que eu tinha essa pergunta de pesquisa que era: o que tornava possível, naquela conjuntura sócio-histórica, o surgimento de algo que naquele momento se chamava *“população LGBT?”* E aí, como eu te falei, eu tinha essa hipótese, porque eu acho que... Claro que ela vai se tornando mais clara ao longo do tempo, quando a gente tem um desenho de pesquisa de que se algo não está tão claro pra gente. Mas essa hipótese que eu devia olhar para essa produção acadêmica em relação aos movimentos sociais, em relação às políticas de governo, porque era um pouco do que estava acontecendo na minha vida. Eu tinha ido trabalhar numa ONG, uma ONG GLBT, e estava trabalhando numa pesquisa na ONG e aí vem um decreto presidencial. Então, gente, o que está acontecendo aqui? Bom, eu conhecia a trajetória por conta de pesquisas e projetos que eu tinha trabalhado no CLAM, a trajetória desse campo em torno da epidemia de HIV-AIDS, nos anos 1980 e 1990, isso já era uma marca registrada na produção desse período, que é a circulação de pessoas entre essas esferas: movimento social, produção acadêmica-científica e esferas de governo, gestão da epidemia. No movimento feminista, a gente também sabe que essa trajetória se faz muito assim e a história do movimento, do surgimento do movimento, então, o movimento homossexual, também é feito por intelectuais, acadêmicos e envolve a universidade. Então, assim, as coisas iam caminhando por aí, mas à princípio, eu achava que eu poderia ter essa visão de fora: assim, olha, eu vou ver esse campo aqui se produzindo e inventando esse sujeito político. Mas é a vida e a pesquisa. Durante a pesquisa, fui eu lá trabalhar mais ativamente na construção da categoria que estava justamente querendo problematizar. E aí acabo trabalhando na política e sendo uma personagem dessa cena também. Bom, eu, na verdade, acho que nossas teses e dissertações estão sempre produzindo o campo que a



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

gente analisa, de um jeito ou de outro, mas nem sempre a gente faz isso metendo a mão diretamente. O simples fato de eu produzir uma tese e questionar o surgimento da população LGBT, independentemente do envolvimento mais direto no campo, já estaria colaborando para a produção desse campo. Mas esse artigo tinha um pouco essa ideia de pensar por aí... É aquele em que eu falo sobre como a gente ganha um crachá de “gestão pública” numa Conferência.

J. O. G.: Sim! Vai sendo enquadrada assim...

S. A.: Porque estávamos colaborando com a política e achávamos que a universidade era sociedade civil, mas, afinal de contas, será? Talvez seja poder público, em determinados contextos. Tento jogar um pouco de como esses lugares, essas instâncias com as quais estava tentando cooperar, desde a hipótese de trabalho — a universidade, a gestão pública e os movimentos sociais — são categorias que ganham significados em relação, que se coproduzem. Então, o mesmo grupo de pessoas, que éramos nós, que trabalhávamos ali na assessoria vinculados à universidade, dependendo do contexto, poderia ser enquadrado como sociedade civil ou como gestor público. Isso tinha a ver com leituras oportunas de cada situação social que fomos vivendo ao longo do campo. Você havia falado um pouco sobre o que eu acho de uma pesquisa “engajada”. Atualmente, vejo que não tem outro jeito, ainda mais depois do período de acirramento do contexto político e do desespero que passamos. Como é que se produz pesquisa sem se engajar em um campo? Enfim, até porque também é o tipo de pesquisa que fazemos, que está sempre envolvida com Estado e política. Como você faz pesquisa sem se posicionar? Quando fiz a tese, ainda tinha a ilusão, no início, de não-posição. Quer dizer, é claro que há um posicionamento, mas havia uma perspectiva de que eu poderia me comprometer menos... Acho que até termino a conclusão falando sobre comprometimento, o que é sintomático. Acredito que minha conclusão não é, de fato, uma conclusão; é uma cena que fala sobre isso: comprometermos com o campo. Acho que isso ainda era uma questão para mim, mas hoje em dia não tenho a menor dúvida.



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

Não tenho a menor dúvida da necessidade da manutenção dessa relação entre a produção acadêmica, a produção dos movimentos sociais e as políticas institucionais. E acredito que continuamos vendo esses movimentos acontecendo. Não estou olhando para esse campo hoje, mas tenho a impressão também de que, se naquela cena que acompanhei, tínhamos os movimentos indo para a gestão, depois desse intervalo de terror que tivemos e nesse momento que estamos vivendo agora, de algum respiro, temos muito da universidade indo para a gestão. Então, algumas outras dinâmicas devem estar acontecendo, em outros sentidos, mas acho que essa relação continua se sustentando. Continuo trabalhando nessa chave de coprodução desses espaços como o que movimenta esse campo.

Intensificação de discursos conservadores após a realização da pesquisa de doutorado

J. O. G.: Você acabou de mencionar esse período que vivemos, de intensificação de um discurso que vai contra as pautas dos movimentos LGBTI+, das mulheres, que diminui a importância dos debates em torno do racismo. Após o período que cobriu a sua pesquisa, experienciamos no Brasil a intensificação do conservadorismo e dos "pânicos morais" em torno dos debates que envolvem gênero e sexualidade. Nesse sentido, como você visualiza esse processo?

S. A.: Isso já estava sendo anunciado pelo campo desde 2014, por aí. É claro que experienciei esses momentos de ruptura com muito medo, desesperança, essa sensação de derrota, frustração extrema, como acho que a maioria de nós. Mas, passado esse desespero inicial, comecei a me apegar em algo mais otimista. Talvez seja otimista demais, talvez seja só um modo de sobrevivência, mas me apeguei a confiar no que tem sido construído ao longo dos anos. E aí, sempre volto para essa coisa que sempre repito: não existia população LGBT, agora existe, não só população LGBT, como população LGBTQIA+.



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

Então, temos todo o vocabulário que foi criado, as possibilidades de existência, os movimentos se expandiram, o repertório de articulação política. Mesmo nos momentos mais horrorosos, que, por ora, sobrevivemos, continuo afirmando que muito do que caminhamos não pode ser simplesmente apagado e ignorado. Ainda que olhemos para um desmonte, num cenário de terra arrasada, que é difícil de reconstituir, observamos nesses últimos quinze anos um processo muito intenso de constituição desses “novos sujeitos de direitos” e desse repertório. Temos que valorizar o legado e esse esforço acumulado, as possibilidades e tecnologias políticas que foram criadas nesse período e o aparato institucional também. Mesmo que os programas sejam descontinuados, enfraquecidos, desmobilizados, eles existem.

Os planos e programas de governo, as instâncias institucionais no Executivo, a jurisprudência, as redes de articulação do movimento social, novas políticas públicas, novas possibilidades de reflexão teórica. E é isso, a população LGBTQIA+ agora existe, ainda que existam aqueles que achem que não deve existir, mas o fato é que existe. Então, acho que inventei essa perspectiva otimista para mim, inventei no sentido do meu sentimento, mas, de fato, porque esse legado existe.

E tentar lembrar que esses novos conservadorismos, se olharmos ao longo da história, as gestões do feminino, do sexual, do erótico, esses processos históricos vêm sendo documentados e, ao longo do tempo, esses acionamentos moralizantes em torno dessas temáticas, dessas articulações, da produção dessas diferenças são acionados periodicamente. Vêm na forma de modelos de família, modelos de nação, modelos de progresso e desenvolvimento e, principalmente, nesses momentos de tensionamento político, se intensificam, porque são clivagens de produção de hierarquia, da diferença, de dizer quem está dentro e quem está fora. Então, isso vai acontecer, é assim que se produzem fronteiras de Estado-nação, hierarquia, espaço, dominação... Temos que lembrar disso, lembrar que essas disputas estão sempre ocorrendo ao longo da história, que são complexas, que as trajetórias das lutas não são lineares. Ganhamos aqui, perdemos ali. Elas são contraditórias; temos um governo que vai promover a destruição por um lado, enquanto promove algum alívio e reconhecimento por outro. Essas coisas



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

vão acontecer ao mesmo tempo, então acho que temos que manter isso como horizonte nesses momentos, principalmente, de mais desesperança.

Reconfigurações nas discussões sobre gênero e sexualidade

J. O. G.: Gostaria de parabenizar a comemoração de dez anos da sua tese. Nesse sentido, dez anos após o lançamento da sua tese, percebemos uma reconfiguração no campo de pesquisa de gênero e sexualidade, no sentido de que já é uma área de estudos mais consolidada. Como você visualiza esse processo e como as temáticas de estudo foram se transformando?

S. A.: As discussões e os trabalhos dos quais participo, com relação a esse campo, são muito, como eu posso dizer... É gente que está olhando para isso com muito cuidado, há bastante tempo. Se não são os estudantes que estão produzindo seus trabalhos mais recentemente, são as relações de orientação. Mas, de um modo geral, acho que vou ser otimista novamente. Acho que já mencionei isso em outra pergunta que você fez, acredito que gênero e sexualidade estão deixando, progressivamente, de ser um recorte específico, um campo de estudos específico. Mais gênero do que sexualidade, é verdade. Mas está se tornando uma dimensão indispensável na análise sociológica em geral. Algumas vezes mais bem feito, outras vezes nem tanto.

Acho que a compreensão relacional do gênero aumenta também: eu não estudo gênero porque estudo mulher, ou não estudo sexualidade porque estudo homossexuais ou homossexualidade. Acho que isso se amplia, com mais estudos que vão trabalhar com heterossexualidade. Então, aos poucos, acho que estamos tendo um adensamento das discussões. Novamente, as mudanças dentro da universidade, as discussões do campo de estudos trans, estudos *queer*, não-binários. A retomada da valorização das discussões decoloniais, pós-coloniais, no embate com as leituras neocoloniais. A retomada e valorização de intelectuais negras, indígenas, não-cis, traz perspectivas renovadas e provocadoras. Recuperam-se esses questionamentos que já tinham sido feitos há muito tempo, mas que agora, nesse novo contexto, ganham outras perspectivas.



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

A valorização da inserção de novos sujeitos na universidade muda muito, as provocações são muito importantes, os debates epistemológicos-políticos. Ainda que nem sempre concordemos com todos eles, vejo o conflito como algo muito positivo nesse momento. Acho que, de fato, estamos vivendo um período de mudança de longa duração, que vai ter muito conflito ainda, muito questionamento, e acho que temos que sustentar o conflito. Às vezes vejo isso nos trabalhos que acompanho. Ainda há uma disputa sobre qual vai ser o enquadramento, quem vai ser citado, o que recuperamos dos clássicos, o que recuperamos do cânone e trazemos de novidade. Acho isso saudável para a produção intelectual e política, tenho visto coisas muito legais aparecendo.

E cobranças legais, você está participando de um debate de alguém que não fala nada sobre sexualidade, não há nada que chame atenção para uma discussão sobre orientação sexual e, de repente, algum estudante levanta a mão: *"Não, olha só, acho que aparentemente não tem a ver, mas, talvez, nessa situação, você devia pensar que..."*, algum elemento de contexto, que pode ter a ver com sexualidade, gênero ou outras correlações, e você fala *"olha só, realmente..."*. Na minha época de formação sempre tínhamos que defender, falar assim: *"Olha, você não quer trabalhar com isso, porém essa dimensão é importante por isso, isso e aquilo outro"*. Hoje em dia, não vejo isso como tão necessário, mas claro que estou falando de onde eu circulo.

Acho que com essa expansão da universidade, os efeitos políticos e epistemológicos dessa multiplicação de agendas de pesquisa, de referenciais teóricos, dessa perspectiva também teórico-política que tem ganhado força nos últimos tempos, a tal da pesquisa engajada. Acho que a participação de mais sujeitos, mais experiências na universidade, tem uma ampliação também da possibilidade da compreensão da dimensão inter-relacionada de diferenças, hierarquias, na produção de desigualdades e precariedades de maneiras mais amplas, que escapam desses chamados estudos de gênero e sexualidade.

Projetos futuros: os efeitos da saída do eixo Rio-São Paulo



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

J. O. G.: Para finalizar, gostaria de perguntar sobre como estão os seus projetos atuais e como você está elaborando o futuro das suas investigações?

S. A.: Essa pergunta é mais difícil. É justamente no que tenho pensado, com relação a esses processos de diferenciação de gênero, sexualidade, raça, etnia, geração, etc., para questões mais amplas... Quer dizer, aí está, né? Continuamos, eu continuo, de algum modo, caindo nessa coisa: temos as questões de gênero e sexualidade e temos essas questões mais amplas das desigualdades e precariedades. Porque é um pouco como o campo se organiza. Essas questões seriam as questões de outro plano das grandes questões da desigualdade e da precariedade. Desde 2019, comecei a sair do eixo Sudeste, do eixo Rio-São Paulo. Na verdade, houve um intervalo pandêmico, mas comecei a vir para o Maranhão e estou aqui em São Luís do Maranhão direto desde 2022. Passei uma parte de 2019, depois pandemia, e assim que pude, voltei.

Aqui, estou experimentando outras coisas, num processo de transição de problema de pesquisa, mas continuo mantendo minhas velhas questões de pesquisa. Trabalhei aqui, primeiro num projeto envolvendo políticas de atenção às “mulheres em situação de violência”, essa categoria de enquadramento da política do Estado para as situações de violência em equipamentos de atendimento à violência de gênero. Também abri um campo totalmente novo para mim, que é trabalhar com desigualdades étnico-raciais na primeira infância, fazendo campo em escolas, educação infantil. Claro que questões de gênero entram aí na discussão também. Este é um projeto do AFRO-CEBRAP¹¹ com apoio da Fundação Porticus¹² e tem sido uma experiência muito interessante também.

Mas acho que a marca mais forte, nesses últimos anos, é sair do eixo Sudeste, no sentido de aprender coisas novas, ver outras perspectivas e entender melhor esse lugar de produção a partir do Sudeste, da produção acadêmica e da produção política também. Porque, de fato, sabemos que é um eixo de produção Sul-Sudeste que é o mais

¹¹ Núcleo de Pesquisa, Formação e Difusão sobre a Temática Racial vinculado ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Disponível em: [AFRO-CEBRAP](#).

¹² **Desigualdades Raciais e Primeira Infância**. Disponível em: [CEBRAP](#).



Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista com Silvia Aguião
João Otávio Galbieri

valorizado, centralizado, mas acho que tem um efeito, que é produzir um tipo de análise, supondo que ele é universalizável para ser aplicado em qualquer contexto nacional. E fica cada vez mais evidente que não funciona assim. Na minha própria tese, eu tinha essa noção: *“olha, estou produzindo aqui uma tese que diz que é sobre o Brasil”*, e é de fato sobre o Brasil, no sentido de que estou acompanhando uma cena *mainstream* do Brasil. Mas quem são os atores mais relevantes desse campo e quais estou acompanhando, desde esse meu lugar de produção? É nesse eixo São Paulo, Rio e Brasília.

Muito da nossa produção acadêmica tem essa marca, a história dos movimentos LGBT tem essa marca, a história dos movimentos feministas que aprendemos nas universidades desse eixo é feita desde São Paulo, com essa ênfase. Então, tem uma coisa que é meio óbvia, mas estou entendendo aqui melhor, que é preciso considerar cada contexto de formação social, cultural, econômica específica para pensar as questões que queremos pensar. Sabemos disso, mas acho que na prática acabamos às vezes não prestando atenção, e aí podemos acabar reproduzindo algumas ideias viciadas, alguns estereótipos e tal. Acho que isso que estou te dizendo aqui também é parte dessa ampliação da percepção das questões de raça, gênero e sexualidade, em conjunto com outras agendas políticas. Aqui no Maranhão é muito forte a questão fundiária, a questão quilombola, os povos indígenas, outras populações tradicionais, no campo e na cidade, tanto enquanto agenda de pesquisa, quanto em agenda de atuação política. Você vai ver essa agenda nos movimentos LGBT, nos movimentos de mulheres, porque é muito forte isso, é inescapável. É um Estado que está todo fatiado e negociado pelo agro e pela mineração. Esse território aqui é Amazônia Legal também.

Então, neste momento, eu te diria que estou basicamente aprendendo um monte de coisa, especialmente sobre isso, sobre as particularidades dessas imaginações, enquadramentos e da experiência que gênero, raça e sexualidade ganham nesse contexto que estou agora. Mas, pensando nas minhas questões existenciais, acho que tem a ver com algumas das confusões que te falei quando você mencionou aquele artigo *“Quais políticas, quais sujeitos?”*, sabe? Acho que continuo mantendo essa pergunta sobre, entre a multiplicação de reconhecimento de agendas, de demandas e mobilização, e os tais



**Transformações das diferenças e a construção de vocabulários políticos: uma entrevista
com Silvia Aguião**
João Otávio Galbieri

recursos sempre escassos, qual vai ser a experiência que poderá ser decantada, tanto em formato de mobilização política, quanto poderá ser encaixada nos enquadramentos do Estado ou da gestão governamental. Então, acho que, no fundo, continuo com minhas perguntas sobre classificação, gestão, enquadramento, produção de sujeitos e identidades, mas não sei exatamente em qual campo irei trabalhar.

Referências

Aguião, Silvia. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003 - 2015). **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017.

Aguião, Silvia. Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito de relações estabelecidas entre “movimento social”, “gestão governamental” e “academia”. In: Castilho, Sérgio R. R.; Lima, Antonio Carlos de Souza; Teixeira, Carla C. (Orgs.), **Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa, Faperj, 2014.

Aguião, Silvia. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2014.

Bairros, Luiza. III Conferência Mundial Contra o Racismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

Brah, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329–376, 2006.

Carrara, Sérgio & Ramos, Silvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade**. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT - Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

Moutinho, Laura. **Razão, ‘Cor’ e Desejo**: Uma Análise Comparativa sobre Relacionamentos Afetivo-Sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. Tese (Doutorado em Sociologia), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2001.

Moutinho, Laura. Negociando com a adversidade: reflexões sobre "raça", (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 1, p. 103–116, 2006.